

Deliberações da 14ª Conferência de Assistência Social por eixo

EIXO 1 - FINANCIAMENTO

Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país.

Município: Cumprir o Artigo 30ª da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - alocar os recursos próprios do município que são disponibilizados para cofinanciar a política de assistência social no Fundo Municipal de Assistência Social com unidade orçamentária, alocação de recursos próprios e dotação orçamentária.

Estado: Recurso estadual para financiamento de programas e projetos de geração de renda.

União: Ampliar recursos para o Programa de Segurança Alimentar (PSA).

EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL

Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

Município: Garantir equipe mínima, conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), através de concurso público e retomar as discussões do plano de cargos e carreiras específicos dos trabalhadores do SUAS.

Estado: Garantir capacitações permanentes aos membros dos conselhos.

União: Criar um canal de informações, com linguagem acessível, didática e transparente à população, nos assuntos referentes ao SUAS.

EIXO 3 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS

Como potencializar a participação social no SUAS?

Município: Criar novas vagas no quadro de RH dos serviços públicos da Assistência Social e ofertar qualificação profissional aos funcionários, garantindo assim melhoria no atendimento prestado. Garantir que esses funcionários sejam de carreira para dar continuidade ao trabalho por um período extenso. Oferecer mais atenção a esses funcionários com acolhimento psicológico, além de paradas técnicas mensais fora do ambiente de trabalho.

Estado: Criar um cadastro integrado entre: 1) os órgãos gestores municipais da Assistência Social; 2) órgãos/secretarias municipais ligados à política de Habitação; e 3) a Secretaria Estadual de Habitação, para inclusão prioritária dos munícipes diretamente atingidos por solapamento, inundações e desabamentos, bem como da população em situação de risco, em programas habitacionais, garantindo o acompanhamento e avaliação conjunta dos casos.

União: Realizar novos investimentos financeiros, para que abram novos serviços de atendimento socioassistencial à população, de acordo com dados do IBGE e Cadastro Único.

EIXO 4 – SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS;

Município: Ampliar vagas no programa de segurança alimentar e melhorar a qualidade do benefício.

Estado: Retomar os programas estaduais de transferência de renda (ação jovem e renda cidadã) levando em conta a avaliação psicossocial dos técnicos municipais.

União: Adequar os espaços físicos e a infraestrutura dos serviços, ampliar o fornecimento de equipamentos de tecnologia e viabilizar a implantação do Prontuário SUAS.

EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito a garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

Município: Criar um centro de apoio digital para os usuários SUAS que não têm acesso à internet.

Estado: Implantar cota de gratuidade para acesso à alimentação para pessoas em situação de rua no restaurante Bom Prato.

União: Implantar o programa PROSPERA FAMÍLIA em âmbito federal.